



Bloco de Esquerda

Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CTSS	
N.º Único	675232
Entrada/Saída n.º	315
Data	28 / 4 / 21

Exmo. Senhor Presidente

Comissão Parlamentar de Trabalho e Segurança Social

Deputado Pedro Roque

São Bento, 26 de abril de 2021

Assunto: *Audição dos representantes do Estado no Conselho de Administração da Fundação de Serralves.*

Em meados de março de 2020, a Fundação de Serralves encerrou ao público por motivos sanitários, comunicando aos educadores do serviço educativo artes e à equipa de montagem de exposições a suspensão das suas atividades. Esta situação desencadeou um processo de conflito entre Serralves e os trabalhadores a falso recibo verde, que ficaram sem rendimento e, em muitos casos, sem qualquer proteção social. Em abril desse ano, houve uma sucessão de comunicações públicas, nomeadamente uma carta-aberta dos educadores e dos técnicos e um esclarecimento público por parte da Fundação. No dia 30 de junho, no Parlamento, a Ministra da Cultura afirmou sobre Serralves: “recordo que foi feita uma inspeção pela ACT e a informação que tenho é de que concluiu que não era necessário proceder com a inspeção, porque não tinham sido apurados indícios das situações identificadas”. Contudo, no dia 29 de setembro de 2020, em audição parlamentar, a Autoridade para as Condições de Trabalho afirmou ter identificado indícios de 21 trabalhadores a “falsos recibos verdes” no Serviço Educativo Artes de Serralves. O Conselho de Administração da instituição incumpriu a notificação da ACT e por isso, a Fundação de Serralves foi levada a tribunal pelo Ministério Público, que entende que esta violou a lei e exige a regularização dos trabalhadores precários. Apesar

de uma Carta Aberta ao Conselho de Administração, subscrita por mais de 1200 pessoas, este manteve-se irredutível em não acatar a orientação da autoridade inspetiva.

Há 21 trabalhadores do serviço Educativo Artes de Serralves cujos processos ainda estão em julgamento, mas há também técnicos de museografia que foram identificados. E há uma ação inspetiva realizada aos trabalhadores da receção, loja e bengaleiro, cujo resultado ainda não é conhecido, além da situação, não esclarecida, dos trabalhadores do serviço educativo ambiente.

Além de o Estado ser o financiador principal desta instituição, está também presente no respetivo Conselhos de Administração, tendo por isso uma responsabilidade direta nas decisões relativas aos trabalhadores. No Conselho de Administração de Serralves, o Estado é representado por Isabel Pires de Lima e José Pacheco Pereira. Que posição tomaram os representantes do Estado em todo este processo? Estiveram também a favor de não serem acatadas as notificações da ACT? Defenderam também que as respetivas instituições disputassem com o Ministério Público a manutenção das situações de ilegalidade detetadas pela autoridade inspetiva? Têm defendido, também eles, o recurso aos falsos recibos verdes?

O Bloco de Esquerda requer a audição dos representantes do Estado no Conselho de Administração da Fundação de Serralves na Comissão de Trabalho e Segurança Social, procedendo-se também ao convite aos deputados e deputadas da Comissão de Cultura para estarem presentes.

José Soeiro